ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR POR POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Marcos Ruan Rodrigues Carvalho¹, Josilene Cavalcante Pereira², Thiago Antônio Pereira Batista³

RESUMO

O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) tem por finalidade dar atendimento inicial à vítima de um mal súbito ou um acidente, no local onde estes ocorrem. O policial militar, principalmente o lotado em unidades do interior do Estado, cujos municípios apresentam limitações de recursos para a assistência de atendimento pré-hospitalar, pode se apresentar como o primeiro e único agente do Estado para a realização de primeiros socorros, visto que muitas destas localidades ainda não possuem a estruturação das Redes de Atenção às Urgências e Emergências. O objetivo deste artigo é esclarecer as dúvidas relativas à legalidade do procedimento executado pelo policial militar no cenário de APH. Para atingir o objetivo realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre do tema, recaindo sobre o papel do policial militar neste contexto, especialmente aspectos legais, constitucionais, infraconstitucionais e documentos normativos da Polícia Militar de Minas Gerais, e norteada por uma abordagem teórica do APH, com foco nas legislações que legitimam o atendimento pré-hospitalar por policiais militares. Como resultado da pesquisa, pode-se concluir que existem diversas normas que inserem o policial militar na assistência em primeiros socorros, sendo a principal normativa a Portaria GM/MS nº 2.048/2002, a qual estabelece competências ao policial militar na assistência em socorro público e a prestação de suporte básico de vida, não acompanhando ações invasivas.

Palavras chave: Aspectos legais. Atendimento Pré-Hospitalar. Policial militar.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) tem por finalidade o atendimento inicial à vítima no local da ocorrência do acidente. Ele visa, principalmente, não provocar lesões adicionais em virtude do transporte mal feito, bem como, a estabilização inicial da vítima através de medidas simples e apropriadas (MARTINS, 1996).

¹ Bacharelado do Curso de Direito das Faculdades Integradas ASMEC, UNISEPE Pouso Alegre

² Policial Militar, Especialista em Urgência e Emergência, Docente da Polícia Militar de Minas Gerais.

³ Advogado, Docente das Faculdades Integradas ASMEC, UNISEPE Pouso Alegre.

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) encontra-se inserida entre os órgãos responsáveis por ações de socorro público e em suas áreas de atuação encontramos vários segmentos que estão sujeitos a demandas de prestação de socorros, entre eles o policiamento rodoviário, que pela natureza dos acidentes de trânsito, por muitas vezes, o policial militar figura como o primeiro elo da prestação de socorros que demandam atendimento imediato (MINAS GERAIS, 2010).

O policial militar, principalmente o lotado em unidades do interior do estado, cujos municípios apresentem limitações de recursos para a assistência pré-hospitalar, também pode se apresentar como o primeiro e único agente do Estado para a prestação de primeiros socorros. Dada a ostensividade do trabalho policial militar, esse profissional é frequentemente acionado a prestar serviços assistenciais à comunidade em caráter de urgência e ou em amparo a outros órgãos (MINAS GERAIS, 2003). Sendo assim, este estudo tem como objetivo esclarecer as dúvidas relativas à legalidade do procedimento executado pelo policial militar no cenário de Atendimento Pré-Hospitalar (APH).

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Marconi e Lakatos (2011) toda pesquisa envolve a coleta de dados de diversas fontes, independentes dos métodos ou técnicas utilizadas. Nesta pesquisa, empregamos a técnica de documentação indireta, com a realização de pesquisa bibliográfica (especificamente em publicações relacionadas ao tema) e documental (através da verificação de legislação, documentos, resoluções, diretrizes e regulamentos normativos da PMMG). Como fonte documental da pesquisa, foram analisados documentos elaborados pela PMMG, normativas e documentos que estabelecem a Política Nacional de Atenção às Urgências, com foco na rede de urgência e emergência do Estado de Minas Gerais. Para a pesquisa bibliográfica foi utilizado o Portal Periódicos CAPES, a Biblioteca Virtual em Saúde, o site do Ministério da Saúde e as bases de dados SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), com pesquisa pelos termos: pré-hospitalar, primeiros socorros, legalidade, policial militar.

Na esfera da assistência pré-hospitalar, ressalta-se a importância do tempo de resposta dos serviços públicos frente as ocorrências de urgências em saúde, considerando que nessa área, o tempo de resposta é um contundente fator associado ao resultado pós urgência, ou seja, cura, sequela ou morte. Nesse contexto, o policial militar se torna o primeiro elo no sistema de atendimento, cujas ações são cruciais na preservação da vida.

De acordo com American Heart Association (2010), primeiros socorros é definido como: “as avaliações e intervenções que podem ser realizadas por uma pessoa presente (ou pela vítima) com equipamento médico mínimo ou nenhum equipamento disponível”.

A Resolução n.º 1.451 do Conselho Federal de Medicina (1995) estabelece que urgência é a ocorrência inesperada de um agravamento da saúde, com ou sem risco potencial de vida, que requer assistência médica imediata.

No Brasil, a sistematização do APH tem como marco o ano de 1893 com a aprovação pelo Senado da República de uma lei com o objetivo de organizar o socorro médico de urgência nas vias públicas da capital do país, na época a cidade do Rio de Janeiro. As ações de atendimento pré-hospitalar foram desenvolvidas de distintas formas nos vários Estados, ao longo dos anos, com a criação do sistema de atendimento às urgências e emergências de natureza pública e/ou privada (RAMOS e SANNA, 2005).

No Estado de Minas Gerais o atendimento pré-hospitalar tem raízes desde a revolução constitucionalista de 1932. Época na qual o capitão-médico da Polícia Militar de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, serviu às tropas mineiras que combatiam as tropas paulistas, no célebre "Túnel da Mantiqueira" em Passa Quatro, sul de Minas Gerais (UFMG, 2011).

A Constituição Mineira ao estabelecer os membros componentes da Defesa Social do Estado, insere a Polícia Militar na esfera de atuação das atividades de socorro público em seu artigo 133 (MINAS GERAIS, 1989).

Visando prover as necessidades da população, no contexto da assistência a urgências, o Governo Federal publicou a Portaria GM n.º 1.863, de 29 de setembro de 2003, que estabeleceu a Política Nacional de Atenção às Urgências, trazendo como componente Pré-Hospitalar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgências e os serviços relacionados de salvamento e resgate, sob supervisão médica de urgências, utilizando um número único nacional para os acionamentos: 192.

A normatização dessa política se fundamenta em Portarias publicadas pelo Ministério da Saúde. As Portarias não fazem menção direta da polícia militar como um dos componentes das redes locais - regionais de atenção integral às urgências, entretanto em suas considerações, faz referência à Portaria GM/MS nº 2.048, de 5 de novembro de 2002, que estabeleceu o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. Essa portaria inclui a Polícia Militar como um dos agentes não provenientes da saúde no sistema de atendimento às urgências.

De acordo com a Portaria GM nº. 2.657/2004 é atribuição da Regulação Médica das Urgências realizar ações conjuntas com outros agentes envolvidos na atenção integral às urgências, como a Defesa

Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, e outros. Dessa forma, constatamos que a polícia militar faz parte dos elos que compõe o sistema de atendimento de urgências.

A Portaria GM/MS nº 2.048/2002 estabelece que os agentes dos sistemas de atenção às urgências devem atuar de forma pactuada, complementar e integrada, sendo desta forma reconhecido pelo gestor público para a execução de ações de segurança, socorro público e salvamento. A Portaria regulamenta ainda, que os profissionais encarregados da segurança, incluindo o policial militar, devem se reconhecer e identificar as situações de perigo, garantindo a proteção tanto das vítimas quanto da equipe de profissionais que prestam atendimento, além de realizar o resgate de vítimas em locais ou circunstâncias que dificultam o acesso da equipe de saúde. Além disso, devem operar sob supervisão médica, seja presencial ou remota, sempre que a vítima se encontrar em uma situação que impeça o acesso e o acompanhamento pela equipe de saúde.

O Conselho Federal de Medicina legitima a atuação da polícia militar no atendimento pré-hospitalar, através da Resolução nº 1.671/2003, reconhecendo a necessidade de integração com profissionais não-médicos treinados para prestarem atendimentos em nível pré-hospitalar em casos de urgência e emergência. A Resolução classifica ainda, o Policial Militar como pertencente à categoria “A3” entre os profissionais não provenientes da área de saúde e enfatiza a necessidade de capacitação em módulo comum a todas as categorias profissionais e no módulo básico.

A Diretriz Integrada de Ações Operacionais de Defesa Social (DIAO/SIDS) de Minas Gerais estabelece que a Polícia Militar poderá atuar em atendimento aos sinistros, caso na localidade não possua uma Unidade do Corpo de Bombeiros Militar instalada, ou caso estes não possam comparecer imediatamente ao local do acidente. O policial militar deve estar em condição técnica e segura para realizar a função, ou receber instruções para agir, registrando, ao final, a ocorrência policial” (MINAS GERAIS, 2010).

Na esfera da assistência pré-hospitalar, com ênfase no trauma, ressalta-se a grande importância do tempo de resposta dos serviços públicos frente às ocorrências de urgências em saúde, pois nessa área, o tempo de resposta é um contundente fator associado ao resultado pós urgência, ou seja, cura, seqüela ou morte. Neste mister, o policial militar acaba sendo o primeiro elo no sistema de atendimento, cujas ações podem ser determinantes para a manutenção da vida.

Verifica-se, portanto, a relevância do conhecimento e a importância do atendimento de primeiros socorros para a atividade policial, principalmente em relação aos militares lotados nos municípios localizados no interior do Estado, tendo em vista a demanda de acionamentos para o atendimento de ocorrências dessa natureza.

De acordo com a Diretriz de Educação da Polícia Militar de Minas Gerais (DEPM), a disciplina de Primeiros Socorros faz parte da Matriz Curricular de Ensino, no eixo temático técnico das Funções e Procedimentos de Segurança Pública, com carga-horária de 20 horas/aula, nos Cursos de Formação de Soldados e Curso Técnico em Segurança Pública. Além disso, a disciplina é revista por todos os policiais militares, a cada dois anos, no Treinamento Policial Básico, com carga-horária de 04 horas/aula (MINAS GERAIS, 2012).

CONCLUSÃO

A importância do atendimento pré-hospitalar por policiais militares é indiscutível, sendo respaldada tanto pela ciência quanto pelo sistema jurídico brasileiro. O artigo 135 do Código Penal Brasileiro tipifica como crime a omissão de socorro, definida pela ação de não prestar assistência a alguém que esteja em grave e iminente perigo, quando é possível fazê-lo sem risco pessoal. A lei enfatiza o dever moral e jurídico de ajudar pessoas em situação de emergência.

A compreensão adequada das competências de atuação da Polícia Militar no cenário de urgência e emergência, principalmente por seus integrantes, contribui para comprometimento dos militares no processo de capacitação continuada na referente área. O suporte limitado de serviços prestados pelo poder público na área de atendimento pré-hospitares, principalmente por parte de pequenos municípios do interior, pode ser considerado um fator que pode influenciar na demanda de acionamentos via o telefone institucional, 190, para as intervenções na área de primeiros socorros.

Foram identificadas várias normas que sustentam e legitimam a atuação do policial militar na área de atendimento pré-hospitalar. A principal é a Portaria nº 2.048/2002, que estabeleceu o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência, e classifica o policial militar como um agente não proveniente da área da saúde, sendo assim um elo que compõe o sistema das redes de urgência e emergência.

Verifica-se ainda, a legitimação da atuação do policial militar no atendimento pré-hospitalar pelo Conselho Federal de Medicina. Além disso, ressalta-se a previsão do atendimento de primeiros socorros na Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais, a qual versa sobre a atuação em determinadas situações, desde que o policial militar esteja em condição técnica e segura.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Guidelines CPR, EC. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Disponível em: <<http://www.hu.ufsc.br/uti/docs/Guidelines%20AHA%202010.pdf>> . Acesso em: 10 jan. 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 2.048, de 5 de novembro de 2002. Aprova o regulamento técnico dos sistemas estaduais de urgência e emergência. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 2 jan. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 3. ed. ampliada. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 256 p.: il. – (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2024.

_____, Ministério da Saúde. Portaria GM nº 1.863, de 29 de setembro de 2003. Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. <http://187.17.2.102/fhs/media/files/samu/politica_nacional_de_atencao_as_urgencias.pdf> . Acesso em: 16 set. 2024.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2.657, de 16 de dezembro de 2004. Estabelece as atribuições das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das centrais SAMU-192. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2004.

_____. Conselho Federal de Medicina, Resolução n. 1.671, de 29 de julho de 2003. Dispõe sobre a regulamentação do atendimento pré-hospitalar e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Res_1671.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

_____. Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1.451, de 10 de março de 1995. Dispõe sobre os estabelecimentos de Prontos Socorros Públicos e Privados e aspectos em urgência e emergência. São Paulo, 1995. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1995/1451_1995.htm> Acesso em: 16 set. 2024.

_____. Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm> . Acesso em 02 set. 2024.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa . 7 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

MARTINS, F. J. A. A primeira resposta. O socorro básico de emergência. Belo Horizonte: Cruz Vermelha Brasileira. Minas Gerais, 1996.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. Perfil Desejado para o Profissional de Segurança Pública – Mapeamento de Competências. Boletim Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nº. 038, Belo Horizonte, 2003.

_____. Polícia Militar de Minas Gerais. Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais. DIAO/SIDS - versão compacta Elaboração: 2º Ten PM Mauro Lúcio da Silva Revisão: Ten-Cel PM Adenilsom Cabral de Souza – Chefe do CICOp Maio 2010.

_____. Polícia Militar de Minas Gerais. Resolução 4.210, de 23 de abril de 2012. Aprova as Diretrizes da Educação da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Separata do Boletim Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, nº 031, Belo Horizonte, 195 p., 2012.

_____. Assembléia Legislativa. Constituição do Estado de Minas Gerais, de 21 de setembro de 1989. Belo Horizonte.

_____. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Medicina. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:< <http://www.medicina.ufmg.br/cememor/arquivo>> Acesso em 02 set. 2024.

RAMOS, V. O.; SANNA, M. C. A inserção da enfermeira no atendimento pré-hospitalar: histórico e perspectivas atuais. Rev. bras. enferm. [online]. 2005, vol.58, n.3, pp. 355-360. ISSN 0034-7167. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672005000300020>>. Acesso em: 15 set. 2016 apud LOPES SLB, Fernandes RJ. Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar. Medicina 1999 out-dez; 32: 381-387.